

R$ 430 BILHÕES para sistemas de transporte urbano

Montante foi estimado em estudo do BNDES, que definiu 187 projetos de alta e média capacidades que podem ser financiados em 21 regiões metropolitanas do Brasil

O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), projeto desenvolvido em conjunto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério das Cidades, definiu metas ambiciosas para as próximas décadas: implementar 187 projetos para melhoria da mobilidade urbana, em 21 regiões metropolitanas brasileiras, até 2054, visando melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, reduzindo o tempo de deslocamento, aumentando a segurança e diminuindo as emissões de gases poluentes.

Nesses próximos 28 anos, para atender às projeções de demanda, precisarão ser aplicados investimentos que, somados, chegam a R$ 430 bilhões, segundo o levantamento. O cálculo considera os gastos com infraestrutura e frota, somente, no primeiro ciclo de investimentos, e não inclui os ciclos futuros para renovação da frota.

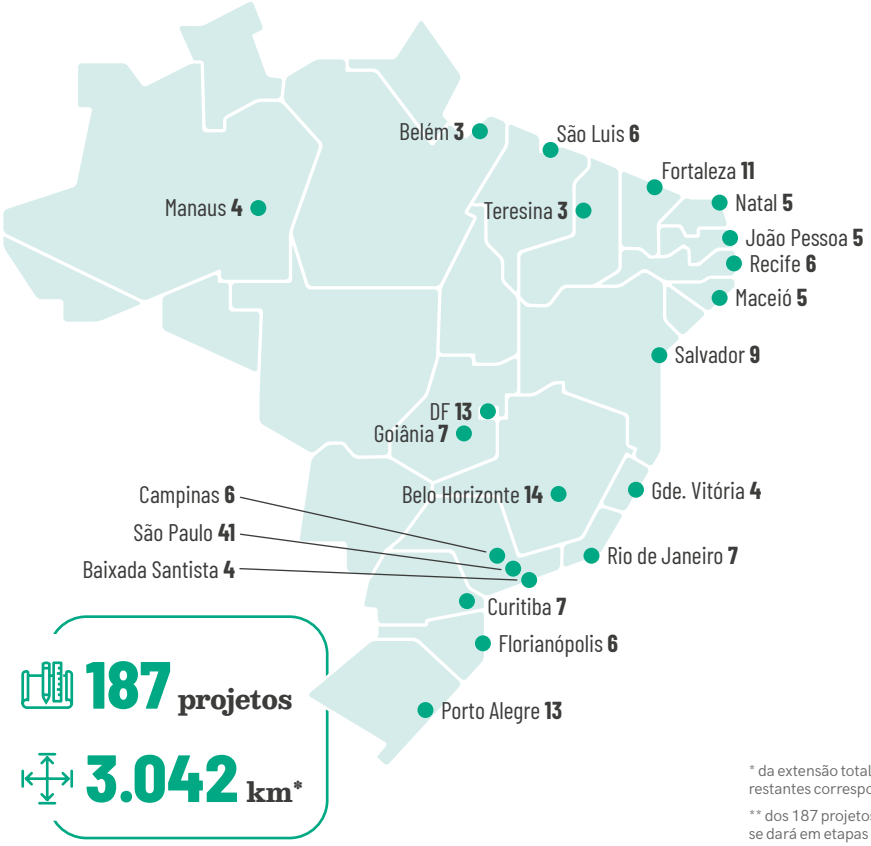
O ENMU tem como objetivo oferecer dados e orientações técnicas para direcionar metas e prioridades para a elaboração da Estratégia Nacional de Mobilidade Urbana. Sua principal diretriz é a construção de perspectiva nacional sobre os investimentos necessários para a ampliação das redes de transporte público coletivo de média e alta capacidades (TPC-MAC), além de estruturar carteira de concessões e parcerias público-privadas entre o governo federal e as regiões metropolitanas, e possibilitar a criação de políticas públicas que impactem positivamente a qualidade dos sistemas nas próximas décadas, reduzindo o déficit de investimentos em transporte público de média e alta capacidades, nas principais regiões metropolitanas do país, com população conurbada superior a 1 milhão de habitantes.

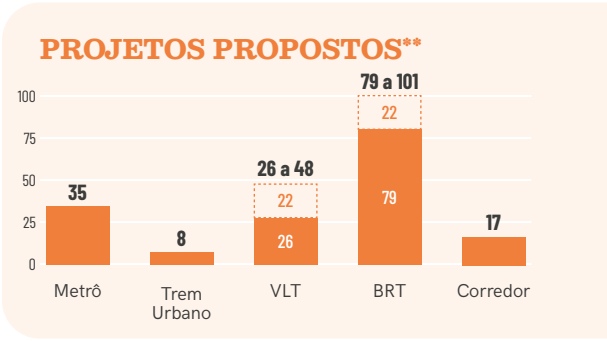
(A) Maria Ana Krack/Pref. Mun. de Porto Alegre; (B) Cazalli Imagens/Shutterstock.com

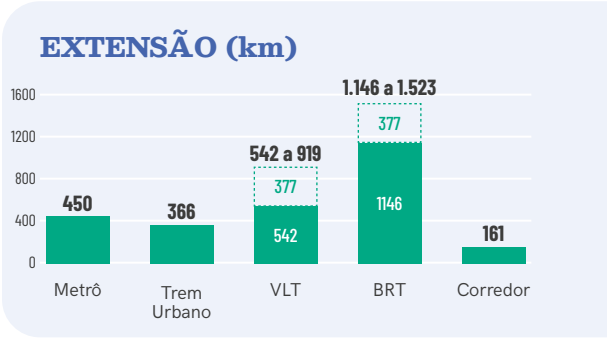
De acordo com o BNDES, "para zerar o déficit de investimentos em sistemas de transportes coletivos, nos próximos 20 anos, será necessário investir quase R$ 22 bilhões por ano, valor equivalente a cerca de 0,2% do PIB. Entre 2022 e 2024, o investimento médio foi de R$ 8,3 bilhões por ano."

Parte dos investimentos deverão ser feitos em redes metroviárias: cerca de R$ 230 bilhões. Outros cerca de R$ 100 bilhões deverão ser empregados em Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), e R$ 30 bilhões em trens. Sistemas sobre pneus ficariam com a fatia menor: R$ 70 bilhões em Bus Rapid Transit (BRTs), e quase R$ 4 bilhões em corredores de ônibus.

As ampliações previstas somam o adicional de mais de 2.400 quilômetros em infraestrutura de mobilidade urbana, dos quais cerca de 1.900 quilômetros em BRTs / VLTs / monotrilhos, 300 quilômetros em metrôs, 90 quilômetros em trens urbanos e 150 quilômetros em corredores de ônibus. As 21 regiões metropolitanas que integram a iniciativa são: Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Distrito Federal, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória.







* da extensão total de 3.042 km, os novos trechos compreendem 2.410 km e os 632 km restantes correspondem a requalificações de sistemas existentes ou trechos coincidentes

** dos 187 projetos, 22 (377 km) podem ser implantados nas tecnologias VLT ou BRT, cuja definição se dará em etapas seguintes, com base nos estudos detalhados para modelagem dos projetos

Iniciado em 2024, o estudo avaliou demandas de projetos e investimentos de transporte de média e alta capacidades nos grandes centros metropolitanos e, no levantamento inicial, identificou 400 propostas, que exigiriam investimentos de mais de R$ 600 bilhões. Os projetos selecionados ao longo de 2025 estão compondo o primeiro Banco Nacional de Projetos, base para o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O levantamento do BNDES e Ministério das Cidades também apresenta alguns resultados inéditos, ao simular os impactos das redes futuras em "cenário otimizado". Esse panorama considera a adoção de políticas públicas voltadas à mobilidade sustentável, como a tarifa módica, a integração tarifária e o desestímulo ao transporte individual motorizado.

Os resultados parciais do *ENMU* estão organizados de acordo com os cinco blocos do estudo, pontuados abaixo:



As simulações demonstram que as medidas podem ampliar a oferta e a cobertura dos serviços, além de incentivar o uso do transporte público coletivo. A expectativa é que haja mais acessibilidade para a população, reduzindo a desigualdade e melhorando a eficiência nos sistemas de transporte coletivo urbano no Brasil, ajudando na superação da crise estrutural do setor, que enfrenta perda contínua de passageiros, tarifas crescentes e necessidade elevada de subsídios públicos, além de reverter modelo marcado por baixos investimentos no transporte público de massa e a consequente expansão da motorização individual.

Benefícios para a mobilidade

A maior adoção dos meios coletivos traz benefícios diretos e indiretos, como redução do trânsito — o que acelera viagens —, menos emissão de gases estufa e poluentes, menos acidentes e, por fim, aumento da produtividade com ampliação do acesso a serviços e oportunidades na cidade, principalmente pelas populações mais vulneráveis, o que resulta em melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades socioeconômicas.

A implementação de todos os projetos previstos no *ENMU* resultará na redução estimada de 8 mil mortes em acidentes de trânsito até 2054, nas 21 regiões metropolitanas citadas anteriormente. Também evitará a emissão de 3,1 milhões de toneladas de CO_2 por ano, equivalentes à absorção de carbono de uma área estimada de floresta amazônica de 6.200 km², ou cinco vezes a área do município do Rio de Janeiro.

Outros benefícios incluem a redução do custo da mobilidade urbana em cerca de 10%, considerando sistemas mais eficientes, e o aumento do acesso da sociedade a empregos, escolas, hospitais e áreas de lazer em menor tempo. Haverá, também, a redução no tempo médio de deslocamentos nas cidades, com impacto econômico estimado de mais deR$ 200 bilhões.

OS BENEFÍCIOS **DAS REDES FUTURAS** VÃO ALÉM

As Redes Futuras geram diversos benefícios que vão além do transporte de passageiros e que não são representados quando se avaliam apenas receitas e custos. O ENMU contabilizou os impactos dos 5 primeiros benefícios:

- **Redução do tempo de deslocamento;**
- **Redução de sinistros;**
- **Redução de emissões;**
- **Redução do custo operacional;**
- **Incremento de acesso a oportunidades;**
- **Aumento do conforto dos usuários;**
- **Valorização do espaço urbano;**
- **Valorização imobiliária;**
- **Redução da poluição sonora;**
- **Geração de empregos.**



De acordo com o último boletim do BNDES, "nos próximos meses, o *ENMU* se dedicará à elaboração do banco de projetos, que trará o detalhamento técnico e financeiro dos projetos estratégicos por meio de "Fichas de Projeto". Cada ficha irá conter estimativas de investimento, custos, receitas, benefícios e análises econômico-financeiras preliminares, de forma a orientar a prioridade de investimentos nas regiões.

A realização do trabalho teve o apoio de consórcio contratado, liderado pela consultoria Bain Company, formado pelas empresas de engenharia Logit, Oficina, TYLin e pelo escritório de advocacia Machado Meyer. Recebeu, ainda, contribuições de instituições do setor e de representantes dos governos federal, estaduais e municipais, como: IPEA, IBGE, ANTP, NTU, ANP Trilhos, ITDP Brasil, WRI Brasil, Consetram, Fórum de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana, Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos e Confederação Nacional de Municípios.

"Estamos fortalecendo o planejamento urbano com base em dados concretos, que nos permitem identificar prioridades e orientar ações de médio e longo prazos. Nosso foco, com a mobilidade urbana, é tornar o transporte coletivo mais eficiente, dinâmico e sustentável, assegurando qualidade de vida à população. Reduzir o tempo de deslocamento, com conforto e segurança, transforma o modo como as pessoas vivem, acessam oportunidades e se relacionam com as cidades", afirmou o ministro das Cidades, Jader Filho.

"Esse é um projeto pioneiro, inédito, que busca enfrentar os maiores desafios de mobilidade urbana, nas maiores regiões do Brasil. O objetivo é estabelecer quais serão os principais investimentos necessários para o transporte de média e alta capacidades", destacou o Secretário Nacional de Mobilidade Urbana, Denis Andia, complementando que "queremos otimizar os recursos públicos federal, estaduais e municipais, canalizando os esforços de todos para as mesmas obras e modelando os investimentos".

"Com o estudo, o BNDES contribui com a produção de política pública para a formulação de estratégia nacional de mobilidade urbana, de longo prazo e sustentável, unindo esforços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras, com um transporte mais eficaz, menos poluidor e mais seguro", conclui o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

